O CONLUIO ANGLO-GERMÂNICO SOBRE AS COLÓNIAS PORTUGUESAS (1898-1914)

Príncipe Lichnowsky

Karl Max von Lichnowsky, mais conhecido por Príncipe Lichnovsky, desempenhou as funções de Ministro (embaixador) do Império Alemão junto da Corte Britânica, desde o Outono de 1912 até ao início da 1.ª Guerra Mundial. Nestas suas funções, teve a oportunidade de acompanhar de perto as negociações, já do antecedente em curso, entre os governos de Londres e Berlim, acerca de uma mal disfarçada apropriação de algumas colónias portuguesas pelos dois países. Numas reminiscências dessa época, que viria a publicar já depois do final da guerra, Lichnowsky haveria de resumir as bases políticas desse entendimento de um modo bastante sugestivo:

> Em 1898, o conde Hatzfeld[1] e o Sr. Balfour[2] assinaram um acordo secreto que dividia as colónias portuguesas em esferas de influência económica entre nós e a Inglaterra. Como o governo de Portugal não possuía nem o poder nem os meios para as desenvolver ou administrar adequadamente, tinha admitido, algum tempo antes, vendê-las para pôr as finanças numa base sólida. Foi obtido um acordo, entre nós e a Inglaterra, definindo os interesses de ambas as partes. Este acordo era de grande valor, tendo em conta que Portugal, como era opinião geral, estava inteiramente dependente da Inglaterra.[3]

O essencial desta avaliação das capacidades portuguesas relativamente às suas colónias não era dissonante de algumas apreciações que se iam fazendo em Portugal. Em obra cuja 1.ª edição foi publicada em 1880, Oliveira Martins expressara, a propósito das colónias, uma opinião inteiramente convergente com a do diplomata germânico:

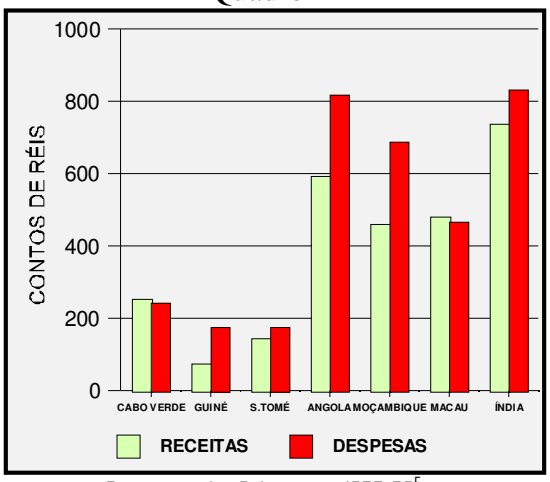
> Em face do estado da sociedade portuguesa, da população do reino, das finanças da monarquia, da vida económica do país, pouco robustecida, em vista do nosso comércio, das nossas indústrias fabril e agrícola, e da nossa navegação, elementos estes da riqueza pública de uma nação, o que tudo possuímos num triste estado, *anémico*, as colónias não são elemento de prosperidade para a metrópole. [...] A nossa humilde opinião é de que as colónias, continuando o sistema em vigor sobre elas, enfraquecem Portugal.[4]

Noutro passo da mesma obra, Oliveira Martins lançava mão dos valores do Orçamento das Colónias, respeitantes ao período de 1855-56, para demonstrar que as despesas com as mesmas suplantavam claramente as receitas que delas se obtinham, enquanto resultava evidente ser espantosamente diminuta a presença de europeus nos territórios em causa, incluindo, como no caso de Angola, degredados, funcionários e tropas (V. Quadros A e B).

---

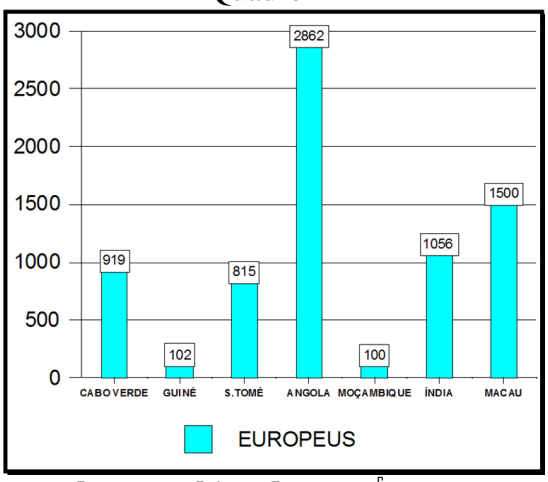
[1] Paul von Hatzfeld, Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão.
[2] Arthur Balfour, na época a desempenhar interinamente as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico.
[3] LICHNOWSKY, Prince (Karl Max), *Heading for the abyss*, pp. 58-59.
[4] MARTINS, Oliveira, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, pp. 199-200.

Quadro A



Orçamento das Colónias em 1855-56[5]

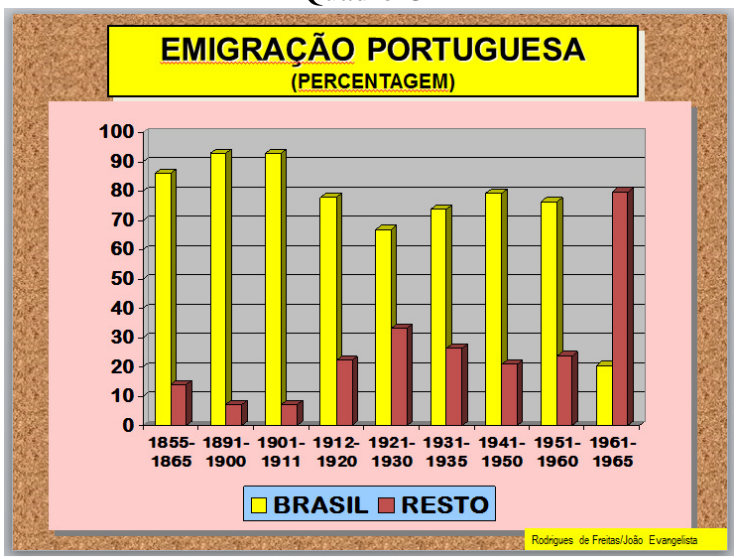
Quadro B



Europeus nas Colónias Portuguesas[6]

Exceptuando o caso do Brasil, onde fora possível conjugar as excelentes condições climatéricas e a riqueza do país com as melhores qualidades e vontades dos colonos portugueses e dos escravos africanos, o resto do Império – e muito particularmente os territórios de África – sofreriam as consequências de incapacidades e erros de vária ordem, que muito afectaram o seu progresso. Em grande parte, fora o próprio desenvolvimento do Brasil que, concitando a quase totalidade das atenções dos Portugueses, atrasara definitivamente a acção colonizadora em África. Mas essa acção, para ser profícua, exigiria sempre recursos humanos e materiais muito para além capacidades existentes, por mais atempada que tivesse sido. E, no capítulo dos recursos humanos, era forçoso contar com a disponibilidade dos Portugueses para se abalançarem à emigração para África. Mas, ainda nesse aspecto, mesmo depois de deixar de ser colónia, era para o Brasil que seguia (e seguiria, até 1960) o grosso da emigração portuguesa (V. Quadro C).

Quadro C



[5] MARTINS, Oliveira, *Idem*, p. 181.
[6] *Ibidem*, p. 189.

Paiva Couceiro, grande entusiasta das potencialidades de Angola, dava nota do seu desgosto pela incapacidade para colonizar e desenvolver a colónia quando afirmava, em termos de completa crueza, que «em matéria de exploração económica, a Colónia se encontra hoje como se o glorioso padrão de S. Jorge, o primeiro dos quatro com que Diogo Cão assinalou ao longo da costa de Angola, a nossa posse do século XV, tivesse sido colocado ontem.»[7]

A política seguida para com o Ultramar durante o século XIX, nomeadamente após a estabilização do regime constitucional, configurava um infindável rol de hesitações e erros, provenientes de um desconhecimento indesculpável das realidades africanas. Observou, a este propósito Soares Martinez:

> Tais hesitações [sobre o futuro do Ultramar] tornaram mesmo possível a discussão pública, a nível parlamentar, das vantagens da venda das colónias, ou da sua entrega, em doação, aos credores estrangeiros, mesmo já em fins do século XIX. Cf., por exemplo, o *Discurso Proferido na Câmara dos Senhores Deputados em 10 de Junho de 1891 sobre a Alienação de Moçambique, por José Bento Ferreira de Almeida, Deputado, Oficial Superior da Armada e Antigo Governador de Moçâmedes, etc.,* publicado em Lisboa, pela Imprensa Nacional, em 1891. Propunha o deputado a alienação de Moçambique como «medida de utilidade para o nosso decoro, e de altíssima conveniência para as nossas condições económicas e financeiras». Segundo o relato parlamentar, «o orador foi cumprimentado por muitos srs. deputados».[8]

Era neste contexto sombrio para Portugal que a aliada Grã-Bretanha se preparava para negociar com o Império Alemão uma forma de domínio sobre territórios portugueses. Quando a situação financeira portuguesa se agravou ao ponto de se discutir no Parlamento de Lisboa a venda das colónias, os dois países celebraram entre si, em 30 de Agosto e 5 de Setembro de 1898, duas convenções, pelas quais admitiam obter vantagens nas colónias portuguesas. Essas vantagens iam do financiamento da dívida portuguesa, garantida pelas receitas alfandegárias das colónias, até ao caso extremo da partilha desses territórios entre a Grã-Bretanha e a Alemanha.

A guerra anglo-bóer interromperia por alguns anos o acordo então firmado. A simpatia da Alemanha pela causa das Repúblicas de Orange e do Transval, combinada com as vantagens que as posições geográficas portuguesas do Sul de Moçambique ofereciam, conduziram a uma aproximação anglo-lusa, contratada entre o 1.º Ministro Lord Salisbury e o Ministro português em Londres, marquês de Soveral. Essa aproximação seria secretamente materializada pelo *Tratado de Windsor* (14-10-1899), no qual se reafirmavam as cláusulas dos tratados de 1642 e 1661. A utilidade para a Grã-Bretanha desta aparente reviravolta notou-se imediatamente quando Portugal permitiu que tropas britânicas desembarcadas na Beira daí partissem para operações contra os Bóeres.

Mas nem assim o governo português lograva fortificar os laços da aliança anglo-lusa. A confirmação desta realidade está bem expressa neste trecho de uma obra sobre os antecedentes da 1.ª Guerra Mundial:

> Apesar dos funcionários dos ministérios britânicos dos Negócios Estrangeiros e das Colónias desprezarem os Portugueses (os editores dos *British Documents on the Origins of the War*, em 1938, depois de citarem um comentário de Edward Grey, no qual dizia que 'estas colónias são pior do que propriedade abandonada, enquanto Portugal as possuir',

[7] COUCEIRO, Paiva, *Angola*, pp. 9-10.
[8] MARTINEZ, Soares, *História Diplomática de Portugal*, pp. 497-498.

sentiram-se compelidos a omitir as poucas palavras seguintes 'por razões de cortesia internacional'), sentiam-se algo inibidos nas suas negociações com os Alemães, pelo facto de, imediatamente após o acordo de 1898, terem formalmente reafirmado os tratados de aliança com Portugal.[9]

Não surpreende, portanto, que essa aproximação viesse a ser de pouca dura. Mesmo após a saída de Lord Salisbury do governo, em 1902, haveria de prevalecer na política britânica uma máxima de que ele era o autor:

As nossas obrigações decorrentes de tratados estão depois dos nossos interesses nacionais, não os precedem.[10]

No contexto da presente questão, importa referir as motivações do Império Alemão. Desde a demissão do chanceler Otto von Bismarck, em 1890, a política externa germânica sofrera uma enorme viragem. Enquanto Bismarck se preocupava essencialmente com a política europeia, reconhecendo as dificuldades que a geografia colocava ao império, ao ver-se entalado entre a França e a Rússia, os governos que o sucederam – com o entusiástico apoio do kaiser Guilherme II – começaram a olhar para fora da Europa, ambicionando fazer do Império Alemão uma potência à escala mundial, capaz de ombrear com a Grã-Bretanha. Para tanto, além de se tornar imprescindível o alargamento dos domínios coloniais obtidos após a Conferência de Berlim (1884-85), era necessário levar por diante um grandioso programa de construções navais que conferissem à Alemanha um poder autónomo de circulação nos mares. A uma primeira *Lei da Marinha*, de 1898, seguir-se-iam mais três: em 1900 (programa de cruzadores), em 1906 (couraçados) e em 1912 (submarinos). Neste ambicioso projecto, pontificaram as figuras de Guilherme II, do ministro da Marinha, Almirante Alfred von Tirpitz, e Bernhard von Bülow, este na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros e, a partir de 1900, na de chanceler do Império. O facto de a aproximação anglo-germânica para o negócio das colónias portuguesas se ter iniciado no mesmo ano da primeira Lei da Marinha não pode ser visto como simples coincidência. Tratava-se, tão-só, dos primeiros passos de uma ***política de apaziguamento da Grã-Bretanha relativamente à Alemanha***, política essa que se iria repetir, sem sucesso, em 1912 (e na qual podemos ver algumas semelhanças com o que iria passar-se, em 1938, para com Hitler). É o próprio Lichnovsky a comprovar esse raciocínio, quando refere:

Os Britânicos estavam dispostos a não interferir no nosso desenvolvimento colonial, se não por outro motivo, porque as colónias distraíam a nossa atenção do Mar do Norte. Foi, também, o que demonstraram ao aceitarem prontamente as nossas pretensões no que respeita às colónias portuguesas.[11]

Pensavam os Alemães que alcançar o estatuto de grande potência e não possuir alguns dos respectivos atributos – nomeadamente um império colonial e uma forte marinha de guerra – era algo que representava uma grande injustiça, fruto do desenvolvimento da história, mas que devia ser corrigida. Em 1912, Friedrich von Bernhardi descreveu muito bem esse sentimento ao afirmar:

Tudo aquilo que as outras nações adquiriram em séculos de desenvolvimento natural – unidade política, possessões coloniais, poder naval e comércio internacional – foi,

[9] JOLL, James, *The Origins of the First World War*, p. 184.
[10] *Ibidem*, p. 43
[11] LICHNOWSKY, Prince (Karl Max), *Idem*, p. 40.

até há bem pouco tempo, negado à nossa nação. O que agora pretendemos alcançar tem de ser obtido lutando e vencendo contra a força superior de interesses e potências hostis.[12]

O autor não descurava, no entanto, a adopção de outras medidas para garantir o incremento do espaço colonial alemão, nomeadamente à custa dos territórios ultramarinos da coroa portuguesa:

> Temos que lançar mão de outros meios para o alargamento do nosso território colonial, de modo que aí possamos receber o excedente da nossa população. Alguns acontecimentos muito recentes mostraram que, em determinadas circunstâncias, é possível obter, mediante negociações pacíficas, algumas áreas na África Equatorial. Um colapso financeiro em Portugal pode proporcionar-nos a obtenção de uma parte das colónias portuguesas.[13]

Ao iniciar-se o ano de 1913, esta aspiração parecia estar prestes a concretizar-se. Com data de 17 de Janeiro, o Príncipe Lichnowsky, em carta para o chanceler Bethmann-Hollweg, dava conta dos últimos acordos:

> Há alguns dias, Sir Edward Grey[14] entregou-me o rascunho que vai anexo do novo acordo sobre as Colónias Portuguesas, o qual se destina a substituir o anterior tratado e a nota secreta de 1898.
>
> No que concerne a questão territorial, fica estipulado no artigo 11 que a Inglaterra receberá a parte da Província de Moçambique que se estende para sul de uma linha traçada desde a foz do rio Lukugo ou Likungo[15] e seguindo este rio até à confluência com o rio Lugera ou Luzhella [Lugela]. Daí, ao longo deste rio, até à sua fonte, seguindo depois para norte até ao paralelo 16º de latitude sul, e, ao longo deste, até ao Protectorado Britânico do Niassalândia. De modo semelhante, em Angola, todo o território a leste do meridiano de 20º de longitude leste e a sul do paralelo de 11º de latitude sul.[16]

As negociações sobre a versão final do tratado foram-se arrastando ao longo de 1913, acabando por ser rubricado, em 13 de Julho, por Sir Edward Grey e por Lichnowsky. Entretanto, a data da sua publicação foi sendo sucessivamente adiada, entrando o ano de 1914 sem que a mesma tivesse ocorrido. A hipótese de, a curto prazo, haver uma guerra entre os dois países continuava a parecer algo de improvável, situação que não se alteraria imediatamente após o atentado de Sarajevo que vitimaria, a 28 de Junho de 1914, o arquiduque Francisco Fernando e a sua esposa. De facto, em 14 de Julho – decorridos 16 dias sobre a data do atentado e antecedendo de 22 dias a declaração de guerra da Grã-Bretanha à Alemanha –, Lichnowsky ainda escrevia ao chanceler Bethmann-Hollweg nos seguintes termos:

> Durante a minha última visita a Berlim, V. Ex.ª tinha-me autorizado a informar Sir Edward Grey de que estávamos agora preparados para assinar o acordo com a Grã-Bretanha acerca das colónias Portuguesas e para consentir a publicação do novo tratado em simultâneo com os antigos, nomeadamente, o Anglo-Alemão de 1898 e o Anglo-Luso de 1899. A publicação era, no entanto, para ser diferida até ao último Outono, de modo

[12] BERNHARDI, Friedrich von, *Germany and the next war*, p. 55.
[13] *Ibidem*, p. 70.
[14] Ministro britânico dos Negócios Estrangeiros.
[15] A cerca de 100 km, para NE, da cidade de Quelimane.
[16] LICHNOWSKY, Prince (Karl Max), *Idem*, pp. 272-273.

> que a nossa missão no Sul de Angola dispusesse de tempo suficiente para concluir as suas diligências relativas à construção de um caminho-de-ferro.[17]

Sem dúvida conhecedores do essencial destas negociações anglo-germânicas, os sucessivos governos portugueses – monárquicos e republicanos – ficaram bem cientes dos riscos em que se encontravam as colónias. Não era possível ignorar as tremendas dificuldades que Portugal vinha tendo para administrar e desenvolver as colónias e o encargo financeiro que lhe estava associado. Todavia, com os antecedentes atrás referidos, a inesperada eclosão da guerra favoreceu o predomínio da linha política que apontava como indispensável, para a manutenção das colónias, o alinhamento com a Grã-Bretanha, mesmo que o preço a pagar fosse muito elevado. Tal como noutras ocasiões, o poder político encontrava-se manietado pelos grilhões do prestígio, da honra e da História.

David Martelo – Outubro de 2016

[17] *Ibidem*, p. 316.